

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

EXPERIÊNCIAS DE COLONIZAÇÃO E TRABALHO DE REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA (1939-1955)

LERMEN, Nathan¹

Resumo:

Este trabalho objetiva discutir alguns dos projetos e empreendimentos colonizatórios propostos por organizações de ajuda humanitária e coordenados tanto durante quanto após a Segunda Guerra Mundial para os refugiados do conflito. O foco está centrado no trabalho rural e nas múltiplas dimensões de vida, cotidiano e organização de imigrantes (étnicos germânicos, italianos, balcânicos, entre outros) nas colônias agrícolas fundadas em diferentes localidades da América Latina (Brasil, Argentina, Venezuela, Costa Rica e República Dominicana), a partir do levantamento de aspectos sobre as condições de viagem, os contratos de trabalho acordados entre trabalhadores e companhias de colonização, bem como a investigação das adversidades e entraves enfrentados por estes colonos. Dessa forma a proposta analisa, por meio da historiografia latino-americana sobre os processos de colonização deste espaço, as mediações necessárias para a inserção destes trabalhadores no outro lado do Atlântico, cujas experiências por vezes os aproximam, como também os distanciam.

Palavras-chave: colonização; América Latina; imigrantes.

1. Trâmites iniciais

Com o fim da Segunda Guerra, a Organização Internacional de Refugiados (OIR) se consolidou como um dos principais meios para a obtenção de recursos e intermediação de estratégias para realocação/reassentamentos de refugiados para além do território europeu. A existência da organização demandou uma série de ações conjuntas com outras instituições internacionais para ordenar múltiplos interesses envolvendo deslocamentos e mão de obra entre diferentes países.

Para Ginesy (1948), mais de 50 milhões de pessoas foram deslocadas de suas localidades originais. Entretanto, ainda que um número considerável tenha conseguido

¹ Mestrando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: lermen.nathan@gmail.com

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

retornar a tais locais, cerca de um milhão deste total decidiu por não regressar.² Essa impossibilidade de retorno esteve atrelada às perseguições empreendidas em diferentes países (ANDRADE, 2005).

Os motivos que levaram este “milhão restante” – *last million*, como é conhecido na literatura especializada – a não optar pela repatriação foram, mormente, de cunho político, podendo-se citar, *inter alia*, a total perda de conexão com seus países de origem, os quais haviam sido anexados por outros ou tiveram instalados, no pós-guerra, novos regimes políticos e sociais (ANDRADE, 2005, p.02).

Foi a OIR que se responsabilizou pela repatriação, registro, identificação e classificação, além de ter sido a responsável por conceder proteção e assistência jurídica aos refugiados. Para o Brasil, a entrada destas pessoas no país interessava o governo federal pela conveniência em receber uma mão de obra qualificada que poderia suprir o déficit nacional, principalmente de trabalhadores rurais que ocupariam os campos brasileiros (WELCH, 2006). Apesar disso, ainda que houvesse um interesse da política externa brasileira nas negociações de imigração do pós-guerra, o país recebeu apenas 29.000 imigrantes do número total devido a uma série de problemas, como falhas burocráticas e propagandas desfavoráveis à imigração.

2. As colônias

O então Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão brasileiro, definiu como prioridade migratória letões, lituanos, estonianos, ucranianos, russos brancos, poloneses e iugoslavos para o território nacional. Reflexo de tal preferência foi a migração de famílias suábia-danubianas para o interior do Paraná a partir de 1951. Étnicos germânicos, oriundos do leste da Europa, os suábios foram apatriados durante o governo de Josip Broz Tito devido ao apoio que estes deram às tropas alemãs durante a Segunda Guerra Mundial (STEIN, 2011).

² A composição étnica deste um milhão de refugiados correspondia a cerca de 275.000 poloneses, 200.000 judeus, 200.000 espanhóis, 190.000 lituanos e estonianos, 150.000 iugoslavos e 100.000 ucranianos (Stoessinger, 1956, p. 55 apud. Andrade, 2005, p. 03).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Após as negociações entre as instituições anteriormente citadas com o governo federal brasileiro e seu interesse crescente sobre o cultivo do trigo, com o objetivo de aumentar a produtividade e expandir a produção nacional, os suábios foram encaminhados para compor uma colônia agrícola no município de Guarapuava (ELFES, 2011). O Estado objetivava a modernização agrícola por meio da fixação de imigrantes e por isso desapropriou as terras da localidade que foram declaradas como de utilidade pública. Os fazendeiros ali estabelecidos elaboraram um acordo com o governo no intuito de receberem terras no Norte do Estado, para plantação de café, como forma de compensação.³ Com a regularização das propriedades, os suábios do Danúbio - cerca de 2500 pessoas - se estabeleceram entre 1951 e 1952, após a chegada de seis embarcações com os imigrantes, e fundaram a Colônia Entre Rios.



Figura 01 - Mulheres suábias em Guarapuava
Fonte: Revista Ilustração Brasileira, p. 161, apud. STEIN, 2011, p. 91.

³ Vale destacar que no século XIX, tais propriedades pertenceram à uma senhora de escravos, chamada Balbina de Siqueira Gomes, que deixou em testamento tais terras para seus trezes escravizados libertos numa área chamada “Paíol de Telha”. O testamento não era claro quanto à exatidão das dimensões geográficas da área, mas quando a Balbina faleceu, uma série de fazendeiros conseguiram angariar as terras por meio de grilagem. Os descendentes destes fazendeiros estiveram envolvidos com as negociações com o governo do Estado em 1950, cf. CANAVESE (2011).

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

A colônia sofreu, nos primeiros anos, várias crises de ordem financeira e más colheitas, ocasionadas por problemas climáticos e técnicos. Os arados europeus, por exemplo, não sulcavam a terra na maneira como ocorria na Europa, pois eram muito pesados para os cavalos da região. Além disso, a produção de trigo não era tão lucrativa por conta do solo pouco adubado e apesar dos químicos disponíveis, os suábios estavam acostumados com a adubação a partir de fertilizantes naturais que não eram encontrados na região. Problemas envolvendo distribuições de terras, crises internas, reemigrações, construções de residências e safras insuficientes permaneceram por anos na localidade e só se estabilizaram com a modernização dos equipamentos na década de 1980 (MICHELZ, 1989).

Este caso brasileiro não é único entre tantas outras colônias latino-americanas. Catalina Banko (2016) aponta que, em 1938, o governo venezuelano criou o Instituto Técnico de Imigração e Colonização (ITIC) com o intuito de modernizar e desenvolver a economia agrícola do país. Havia uma insuficiência produtiva que exigia o estabelecimento de agricultores, agrônomos, agrimensores e engenheiros (BANKO, 2016, p. 65).

Em 1947, a Venezuela firmou um acordo conjunto com a Organização Internacional para Refugiados (OIR) em que se dispôs a receber refugiados da Segunda Guerra Mundial sob condição de 40% do total de imigrantes destinados ao país serem agricultores (RASS, 2018). A demanda pelo trabalho agrário e a exigência profissional como condição primária para a imigração, levaram muitos dos refugiados que detinham profissões variadas (como farmacêuticos, professores, médicos, químicos e engenheiros, por exemplo) a se declararem lavradores sob objetivo de conseguirem o visto necessário para o abrigo.

As famílias polonesas, húngaras, romenas e búlgaras se estabeleceram então na Fazenda Mampote, onde se dedicaram ao trabalho rural e nas colônias agrícolas de Chirgua (Carabobo), Mendoza (Miranda), Rubio e Tamá (Táchira). Em 1947, os primeiros navios chegaram a Caracas com os imigrantes vindos dos campos de

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

refugiados. Uma ação conjunta entre o Comitê da Cruz Vermelha Venezuelana e o Rotary Club mediaram a inserção dos imigrantes nas terras e nos centros urbanos venezuelanos.

Las estadísticas oficiales nos permiten constatar que, entre 1940 y 1957, los italianos, españoles y portugueses constituían casi el 70 por ciento del total de 526.655 inmigrantes. Solamente 18.802 personas provenían de países ubicados en Europa del Este, lo que representaba apenas el 3.57 por ciento de los extranjeros que arribaron al país en ese período. Su composición por nacionalidades era la siguiente: 22 albanos; 185 búlgaros; 1.467 checoslovacos; 243 estonios; 3.341 húngaros; 697 letones; 831 lituanos; 4.178 polacos; 1.467 rumanos; 2.672 rusos y 3.159 yugoslavos (BANKO, 2016, p. 68).

Ainda que o foco principal do trabalho de Banko tenha sido os europeus orientais em território venezuelano, a autora constatou uma forte presença italiana nos registros de imigrantes no período. Assim como a Venezuela, a Argentina também recebeu uma quantia significativa de estrangeiros desse país no período pós-Segunda Guerra. Giuseppe Benedini (2013), ao estudar as missões de assistência técnica e a imigração rural italiana para América Latina, trabalhou com diferentes fontes políticas sob objetivo de orientar a história da chamada “imigração dirigida” que, na década de 1950, buscava por assentamentos rurais latino-americanos com potenciais de recepção dos imigrantes.

Ao final dos anos 1940, organizações como a UNRRA (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration*) e a própria OIR promoveram tratados bilaterais que envolveram milhares de famílias camponesas europeias oriundas de países densamente povoados e com um histórico econômico rural predominantes (Itália, Iugoslávia, Espanha e Polônia). Era uma forma destes países europeus lidarem com o excesso de trabalhadores sem funções e em condições precárias de vida, enquanto os países latino americanos precisavam de força de trabalho para o desenvolvimento econômico.

Cerca de meio milhão de trabalhadores italianos chegaram à Argentina entre 1946 e 1960 destinados ao setor industrial (BALLINGER, 2012). O governo peronista subsidiava a imigração promovendo o pagamento da passagem e dos gastos iniciais, como também assegurava o assessoramento a boas condições de trabalho e cursos de formação/especialização. Entretanto, a imigração rural argentina foi consideravelmente menos intensa que a urbana, por pelo menos duas razões, uma de ordem internacional e

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

uma segunda de ordem nacional. A primeira envolvia a tensão entre o governo de Buenos Aires e de Washington, uma vez que com o lançamento do Plano Marshall, o governo argentino acreditava estar integrado como país abastecedor subsidiário de cereais, mas foi excluído. A segunda envolvia a indisponibilidade de terras férteis para o cultivo, pois as ideais ao plantio já estavam ocupadas desde o século XIX, restando somente alguns territórios nas províncias andinas de Salta, Jujuy e Tucumán, apresentadas como de interesse pelo governo italiano, conforme informações apresentadas do Consulado Italiano em Córdoba.

Somente em 1952, após um acordo mais estreito entre Argentina e Itália que favorecia a união de núcleos familiares e regulamentara a garantia de assistência aos imigrantes pobres, foram selecionados trabalhadores especializados no trabalho rural com destino aos referidos campos argentinos, mas somente uma pequena parcela de imigrantes conseguiu se estabelecer em colônias agrícolas de terras públicas, pois o peronismo não havia conseguido realizar a reforma agrária prometida. Os outros estrangeiros precisaram ser realocados em Buenos Aires contribuindo “*así a aumentar la macrocefalia de la cual sufría, y todavía sufre, la Argentina en relación a su capital*” (BENEDINI, 2013, p. 118).

Refugiados italianos também participaram de um projeto de desenvolvimento rural da Costa Rica. Em 1949, a “*Società Italiana di Colonizzazione Agricola*”, em organização conjunta com a IRO e o “*Instituto de Tierras y Colonización (ITCO)*”, organizou a ida de colonos oriundos de pelo menos quarenta localidades distintas da Itália, mas principalmente daqueles afetados pelo êxodo juliano-dálmata, caracterizado pela saída forçada de étnicos italianos de Ístria, Fiume e Dalmácia (Croácia) após a indexação dos territórios à Iugoslávia de Tito.

Os italianos se estabeleceram no distrito de San Vito em Coto Borus para o plantio de café e algodão sob mediação de uma cooperativa agrícola. O plano de colonização de San Vito objetivava ao povoamento de áreas inabitadas no país e suas áreas periféricas, bem como o incentivo internacional que se dava por meio de empréstimos bancários e de aquisição de terras. Foram cerca de 250 famílias distribuídas em dez mil hectares que

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

produziram principalmente café e outras culturas de subsistência desde sua fundação (WEIZMANN, 1985).

Um caso semelhante ao de San Vito foi Sosuá, um pequeno município litorâneo da República Dominicana, lar de uma comunidade e colônia agrícola no Caribe, considerada a primeira colônia com intenção de refúgio aos judeus europeus perseguidos durante o nazismo. Foi construída na costa norte da República Dominicana em apoio conjunto entre filantropos judeus estadunidenses, organizações de ajuda judaica, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o presidente dominicano, Rafael Trujillo. Ainda que o esquema de reassentamento original contasse com uma estimativa de 100.000 judeus, a localidade nunca ultrapassou o pico de 500 pessoas (GIGLIOTTI, 2006).



Figura 02 - Refugiados judeus em Sosúa
Fonte: Jewish Latin America

Sua formação está ligada ao ano de 1938, a partir da Conferência de Evian que reuniu 30 países com a intenção de lidar com a crise de refugiados judeus perseguidos na Europa central. A República Dominicana, sob comando de Rafael Trujillo, ofereceu a

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

possibilidade de reassentamento para milhares destes judeus europeus a partir de duas motivações principais: limpeza de imagem do governo dominicano e “aprimoramento da raça”. Até o fim da década de 1930, a imigração judaica em território dominicano estava proibida, mas devido a demanda pela modernização dos campos a possibilidade foi reaberta. Os judeus eram tradicionalmente difamados e tratados como "marginais" nos debates de imigração, mas foram então reinventados a partir de uma necessidade econômica e de branqueamento populacional por parte do governo dominicano (GIGLIOTTI, 2006).

No ano de 1941, quase 350 pessoas oriundas da Alemanha, Áustria, Húngria e Rússia migraram para Sosúa e foram enviadas para a colônia, onde produziram frutas e leguminosas. Do total, somente 1,5% viviam da agricultura na Europa:

[...] that would induce permanency and commitment of the settlers to the colony had mixed results as well. Between March 1940 and June 1941, six children were born, several divorces were granted, and there were two marriages between refugees and Dominican women. By 30 June 1942, the settler population at Sosúa was 472 persons, with 104 married couples, 158 single men, 38 single women and 68 children under 15.48 While the number of people who ‘passed through’ Sosúa between 1940 and 1955 has been estimated at around 670, Sosúa operated at its peak permanent Jewish population of 476 in 1943. Incoming migration occurred alongside expulsions, as settlers were also removed from the colony for lack of performance and non-adjustment (GIGLIOTTI, 2006, p. 34).

Diferentes dificuldades atingiram o cotidiano dos trabalhadores da colônia, como uma epidemia de malária, indisponibilidade de terras para todos, altos custos de produção para colonos, superlotação, técnicas agrícolas ineficientes e transporte deficiente de distribuição de produtos.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido



Figura 03 - Comunidade de Sosúa
Fonte: Sosua, Dominikanische Republik - DomRepInfos

Com o fim da Segunda Guerra, houve um número considerável de colonos que reemigraram para outras localidades, como Nova York. Esse novo processo migratório esteve atrelado às reclamações dos agricultores sobre as perspectivas futuras envolvendo as possibilidades de estudos e emprego para as gerações futuras. A partir da reemigração, Sosúa alterou seu plano de desenvolvimento agrário para o investimento no turismo local devido ao alto número de praias próximas à localidade.

Conforme a apresentação dos casos latino-americanos de colonização para a alocação de refugiados europeus, é possível concluir que os traslados alteraram as paisagens, as relações de trabalho e as interações entre nacionais e estrangeiros, como também constituiu uma rede de movimentos migratórios que conectaram o continente europeu a diferentes países americanos, à exemplo dos judeus da Europa Central que partiram para República Dominicana e terminaram a trajetória em solo norte-americano. Esses empreendimentos revelam os trâmites políticos e os acordos econômicos estabelecidos no mundo pós-Segunda Guerra, além de delimitarem as ações que instituições internacionais tomaram no período, como o caso da IRO.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Referências

ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.

BALLINGER, Pamela. Entangled or 'extruded' histories? displacement, national refugees, and repatriation after the Second World War. **Journal of Refugee Studies**, v. 25, n. 3, p. 366-386, 2012.

BANKO, Catalina. Un refugio en Venezuela: los inmigrantes de Hungría, Croacia, Eslovenia, Rumania y Bulgaria. **Tiempo y Espacio**, v. 26, n. 65, p. 63-75, 2016.

BENEDINI, Giuseppe Federico. Las Misiones de Asistencia Técnica y la emigración rural italiana en Latinoamérica (1950-1952). **Journal of Agriculture and Environment for International Development (JAEID)**, v. 107, n. 1, p. 115-141, 2013.

BRENER, Jayme. **Tragédia na Iugoslávia**. Guerra e Nacionalismo no Leste Europeu. São Paulo: Atual, 1993.

CANAVESE, Filipe Germano. **O Testamento de Dona Balbina**: um estudo de caso sobre escravidão e propriedade em Guarapuava (1851-1865). 2011. 92 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba: [s.n], 1971.

GIGLIOTTI, Simone. 'Acapulco in the Atlantic': Revisiting Sosúa, a Jewish Refugee Colony in the Caribbean. **Immigrants & Minorities**, v. 24, n. 01, p. 22-50, 2006.

GINESY, Robert. **La Seconde Guerre Mondiale et les Déplacements de Populations**: les organismes de protection. Paris: Pedone, 1948. 184p.

GOSSNER, Walter. **Agrária**. Die Siedlung der Donauschwaben im Municip Guarapuava im brasilianischen Staate Paraná. Bericht über die Ergebnisse der im Auftrage der Schweizer Europahilfe durchgeführten Untersuchung. Jundiaí. März 1952. Mimeo

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

SPERANZA, Clarice. O Afluxo de refugiados e “deslocados de guerra” para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia Historia**, v. 37, p. 565-590, 2021.

STEIN, Marcos. **O oitavo dia**: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2011.

WEIZMANN, Herzel. **Italiani alla conquista della floresta**. Una colonizzazione promossa da italiani in Costa Rica: San Vito de Java, Milano, 1985.

WELCH, Clifford. **Globalization and the transformation of work in rural Brazil**: agribusiness, rural labor unions, and peasant mobilization. *International Labor and Working-Class History*, v. 70, n. 1, 2006, p. 35-60.